

# PERNAMBUCANAS FINANCEIRO S.A.

## CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12  
Carta Patente 7637383/80



### RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras de Pernambucanas Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com o relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 25 de março de 2020. A Diretoria

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO	2019		2018		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018
<b>Circulante</b>	<b>3.047.799</b>	<b>3.085.077</b>	<b>Circulante</b>	<b>2.205.177</b>	<b>1.651.331</b>				
Disponibilidades	54.241	37.107	Depósitos	4.647	-				
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	293.441	431.585	Contas de pagamentos	6.644	-				
Aplicações em operações comprometidas	204.000	-	Recursos de acetes e emissão de títulos	545.231	92.979				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	89.441	431.585	Recursos de acetes cambiais (Nota 11)	545.231	92.979				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	25.595	195.908	Outras obrigações	1.655.294	1.558.352				
Carteira própria	25.595	195.908	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	-	996				
Operações de crédito	959.521	763.985	Sociedade e estatutárias (Nota 14)	18.847	10.544				
Operações de crédito - setor privado (Nota 7 (a))	1.470.373	1.241.133	Fiscais e previdenciárias (Nota 12)	87.722	24.336				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7 (c) e 8)	(511.852)	(477.148)	Diversas (Nota 13)	1.548.725	1.522.476				
Outros créditos	1.709.467	1.649.963							
Títulos e créditos a receber (Notas 7 (a) e 9)	1.379.448	1.433.588	<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>644.945</b>	<b>1.161.668</b>				
Diversos (Nota 9)	337.333	224.417	Recursos de acetes e emissão de títulos	210.128	741.396				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Notas 7 (c), 8 e 9)	(7.314)	(8.042)	Recursos de acetes cambiais (Nota 11)	434.817	420.272				
Outros valores e bens	6.534	6.529	Fiscais e previdenciárias (Notas 12 e 22)	434.817	420.272				
Bens não de uso próprio	169	629							
Despesas antecipadas	6.365	6.529							
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>377.132</b>	<b>238.506</b>	<b>Patrimônio líquido (Nota 14)</b>	<b>647.786</b>	<b>580.701</b>				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	128.268	-	Capital social	204.104	-				
Carteira própria	128.268	-	De domiciliados no País	298.000	298.000				
Operações de crédito	14.641	18.002	Reserva de lucros	349.786	282.701				
Operações de crédito - setor privado (Nota 7 (a))	14.641	18.002							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7 (c) e 8)	-	(182)							
Outros créditos	234.223	220.504							
Diversos (Nota 9)	234.223	220.504							
<b>Permanente</b>	<b>72.972</b>	<b>70.117</b>							
Investimentos	67	1.510							
Outros	67	1.510							
Imobilização de uso (Nota 10 (a))	26.330	17.814							
Imobilizações em curso	26.200	17.577							
Instalações, móveis e equipamentos em uso	452	216							
Outros	63	21							
(-) Depreciação acumulada	(385)	50.793							
Intangível	46.575	72.899							
Gastos com aquisição e desenvolvimento (Nota 10 (b))	85.672	72.899							
(-) Amortização acumulada	(39.097)	(22.106)							
<b>Total do ativo</b>	<b>3.424.902</b>	<b>3.393.076</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>3.497.903</b>	<b>3.393.700</b>				

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Legal	Estatutárias		
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>				
Retenção de dividendos - R\$ 0,06 por ação conforme AGO de 30 de abril de 2018 (Nota 14)	-	-	561.701	561.701
Dividendos - R\$ 0,10 por ação conforme aprovação AGO de 26 de setembro de 2018 (Nota 14)	-	-	17.363	17.363
Lucro líquido do exercício	-	-	(30.000)	(30.000)
Destinação:				
Dividendos provisionados - R\$ 0,04 por ação	-	-	42.178	42.178
Reserva estatutária (Nota 14)	-	-	(10.544)	(10.544)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>298.000</b>	<b>59.600</b>	<b>31.634</b>	<b>580.701</b>
Retenção de dividendos - R\$ 0,04 por ação conforme AGO de 30 de abril de 2019 (Nota 14)	-	-	10.544	10.544
Lucro líquido do exercício	-	-	75.388	75.388
Destinação:				
Dividendos provisionados - R\$ 0,06 por ação	-	-	(18.847)	(18.847)
Reserva estatutária (Nota 14)	-	-	(56.541)	(56.541)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>298.000</b>	<b>59.600</b>	<b>290.186</b>	<b>647.786</b>
<b>Em 30 de junho de 2019</b>				
Lucro líquido do semestre	298.000	59.600	233.645	42.088
Destinação:				
Dividendos propostos - R\$ 0,03 por ação	-	-	33.300	33.300
Reserva estatutária (Nota 14)	-	-	(18.847)	(18.847)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>298.000</b>	<b>59.600</b>	<b>290.186</b>	<b>647.786</b>

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Contexto operacional**  
A Pernambucanas Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira") tem por objetivo a realização de financiamentos para aquisição de bens e serviços e para capital de giro, podendo praticar todas as atividades legais admitidas e não vedadas para as sociedades de crédito, financiamento e investimento. A Financeira é administrada e gerida por meio de cartões de crédito e cartão de pagamento, podendo ainda praticar as atividades de atas e fins e demais procedimentos necessários para a sua colocação no mercado, na forma da legislação em vigor, sendo participante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).
- Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras foram preparadas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, dos dispositivos contábeis introduzidos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências, nos estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 25 de março de 2020.
- Principais práticas contábeis**
  - Apureção do resultado**  
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, registradas pelo valor de registro e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos, e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.
  - Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 e CPC 03 são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com prazo líquido inferior a 90 dias, entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da Financeira são representados por saldos em poder de banco e aplicações interfinanceiras de curto prazo.
  - Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
  - Títulos e valores mobiliários**  
Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial, com exceção à Carteira nº 3.068 do Banco Central do Brasil, em termos de bens classificados de acordo com a intencionalidade da Administração, na categoria "Títulos para negociação". Os títulos classificados para negociação são apresentados no ativo circulante e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, sendo que as variações são reconhecidas no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Financeira não possuía títulos classificados como disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento.
  - Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
As operações de crédito são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "HH" (risco máximo). As receitas das operações de crédito vencidas há mais de sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "HH", permanecem nessa classificação pelo período de seis meses, quando então são baseadas contra a provisão exatista e controladas, por cinco anos, em contas com ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos: a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado nas Notas 7 (c) e 8.
  - Investimentos**  
Os investimentos em controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.
  - Imobilizado**  
São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, as taxas que levam em conta o tempo de vida útil estimado e o balanço patrimonial. A Financeira adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas, conforme descrito na Nota 3 (h). A Financeira efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil do ativo é menos substituições e baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.
  - Intangível**  
As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante o período estimado de vida útil econômico. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuídos ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Financeira, são reconhecidos como ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos:
    - É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
    - A Administração pretende concluir o software e usá-lo;
    - Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
 Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o software; e Os gastos atribuídos ao software durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

- Imposição de renda e contribuição social correntes**  
A provisão para imposto de renda foi constituída pela alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido. A contribuição social foi calculada pela alíquota de 15% até 31 de agosto de 2015 e a alíquota de 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% a partir de 1º de janeiro de 2019 sobre o lucro líquido ajustado, conforme Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, que foi convertida na Lei nº 13.169/15 em 6 de outubro de 2015.
  - Imposto de renda e contribuição social diferidos**  
Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.255 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional, que determinam que a Financeira deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de diferenças legais, as seguintes condições:
    - Apresentar histórico de lucros ou rejeições tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;
    - Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. É constituído crédito tributário de imposto de renda (25%) e contribuição social (15%), calculado sobre as diferenças temporais, representadas pelo montante das despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins de retenção de imposto; o total dos créditos tributários está registrado na rubrica "Outros créditos - diversos" no grupo dos ativos circulante e realizável a longo prazo.
  - Captações em recursos de acetes cambiais**  
As captações em recursos de acetes cambiais são registradas pelo valor recebido, acrescido pelos encargos pagantes e apropriados em cada período mensal.
  - Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:
    - Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando há existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais passivos;
    - Provisões e contingências passivas - provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado no opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificações como perda remota não requerem provisão e divulgação;
    - Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, onde estão sendo contestadas, a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.
  - Provisão para recuperação de ativos - (Impairment)**  
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.
  - Outros ativos e outros passivos**  
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base pro rata) e provisão para perdas, quando aplicável necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata).
- (b) O vencimento da carteira de operações de crédito apresenta o seguinte perfil:
- | Prazo             | 2019      |          | 2018      |          |
|-------------------|-----------|----------|-----------|----------|
|                   | Valor     | A vencer | Valor     | A vencer |
| Até 30 dias       | 918.921   | 46,3     | 1.628.400 | 11,7     |
| De 31 a 60 dias   | 325.251   | 16,56    | 77.771    | 0,63     |
| De 61 a 90 dias   | 221.935   | 11,30    | 78.029    | 0,66     |
| De 91 a 180 dias  | 338.308   | 17,08    | 233.062   | 1,70     |
| De 181 a 365 dias | 148.330   | 7,55     | 343.577   | 2,51     |
| Acima de 365 dias | 14.641    | 0,73     | 18.184    | 0,13     |
|                   | 1.763.918 | 100,00   | 900.844   | 100,00   |
- (c) Composição da carteira por nível de risco:
- | Nível | 2019      |          | 2018      |                        |
|-------|-----------|----------|-----------|------------------------|
|       | A vencer  | Vencidos | Total     | Porcentual de provisão |
| A     | 1.963.511 | 91.187   | 2.054.698 | 0,50                   |
| B     | 9         | 77.224   | 77.233    | 10,14                  |
| C     | 9         | 77.759   | 77.768    | 10,00                  |
| D     | 6         | 78.026   | 78.032    | 10,00                  |
| E     | 16        | 80.328   | 80.344    | 10,00                  |
| F     | 91        | 75.394   | 75.485    | 10,00                  |
| G     | 6         | 77.332   | 77.338    | 10,00                  |
| H     | 1         | 343.594  | 343.594   | 100,00                 |
|       | 1.963.618 | 100,00   | 2.864.672 | 100,00                 |
- (\*) Refere-se à provisão complementar, realizada no segundo semestre de 2019, aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, com base no julgamento e experiência da Administração, de forma a contemplar avaliações mais prudentes dos riscos nas operações com clientes.

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações, expresso em reais)

	2º Semestre		Exercícios	
	2019	2018	2019	2018
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>610.840</b>	<b>1.214.796</b>	<b>1.150.936</b>	<b>1.129.174</b>
Operações de crédito (Nota 15)	600.540	1.187.365	1.129.174	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 4 e 5)	10.291	27.431	21.587	175
Resultado de operações cambiais	-	-	-	-
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(237.870)</b>	<b>(676.964)</b>	<b>(894.450)</b>	<b>(854.450)</b>
Recargas de prestação de serviços (Nota 16)	(26.031)	(57.685)	(41.541)	(41.541)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7 (c))	(211.839)	(619.279)	(852.949)	(826.440)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>372.970</b>	<b>537.832</b>	<b>256.446</b>	<b>274.899</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(315.759)</b>	<b>(398.221)</b>	<b>(117.900)</b>	<b>(117.900)</b>
Resultado de participação em controlada	138.443	180.385	122.658	122.658
Resultado de participação em controlada	-	17	-	-
Despesas pessoais	(19.471)	(36.725)	(24.576)	(24.576)
Despesas tributárias	(41.898)	(87.370)	(74.443)	(74.443)
Outras despesas administrativas (Nota 17)	(152.433)	(200.662)	(184.587)	(184.587)
Outras receitas operacionais (Nota 19)	44.754	88.824	71.445	71.445
Outras despesas operacionais (Nota 18)	(285.171)	(323.141)	(188.397)	(188.397)
<b>Resultado operacional</b>	<b>57.211</b>	<b>139.611</b>	<b>78.544</b>	<b>78.544</b>
Resultado não operacional	(172.800)	(12.620)	(308)	(308)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>54.575</b>	<b>136.991</b>	<b>78.544</b>	<b>78.544</b>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20)	(21.275)	(60.649)	(35.945)	(35.945)
Provisão para imposto de renda em aplicações interfinanceiras	(50.000)	(50.000)	(44.639)	(44.639)
Provisão para contribuição social	(3.935)	(30.511)	(7.193)	(7.193)
Ativo fiscal diferido	(11.470)	20.488	(19.793)	(19.793)
Participações de empregados no resultado	-	954	(731)	(731)
<b>Lucro líquido do semestre / exercíci</b>	<b>33.300</b>	<b>75.388</b>	<b>442.633</b>	<b>442.633</b>
Quantidade de ações	298.000	298.000	298.000	298.000
Lucro líquido por ação - em R\$	0,11	0,25	0,14	0,14

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais

# PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12  
Carta Patente 7637383/80



(...continuação)

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Por setor de atividade:	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Pessoa física	2.864.462	2.692.905	-	-
(e) Cessão sem coobrigação de crédito baixado como prejuízo	-	-	-	-
No segundo semestre de 2019, a Financiadora efetuou operação de cessão sem coobrigação de crédito baixado como prejuízo com sociedade não ligada, gerando uma receita líquida de R\$ 34.487 (2018 – R\$ 51.521), sendo registrada na rubrica Receitas com Operações de Crédito.	-	-	-	-

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2º Semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
Saldo inicial	538.915	485.372	525.204	-
Complemento	211.839	619.279	852.949	-
Baixas contra a provisão	(231.588)	(585.485)	(892.781)	-
Saldo final	519.166	519.166	485.372	-

A Financiadora efetuou a baixa de operações de crédito contra prejuízo após 180 dias da classificação no nível "H". No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão (Nota 15) no montante de R\$ 105.609 (2018 – R\$ 346.434). O indicador "over 90" (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificado dos clientes da carteira de cartão bandeirado cresceu 7,16 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se, principalmente, à abertura de concessão de crédito no "Mar Aberto". Em 31 de dezembro de 2019 e de 19,46% (2018 – 12,3%).

9. Outros créditos	2019		2018	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Valores a receber da Controladora (Nota 21)	74.012	-	72.108	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	94.076	53.878	7.028	45.460
Créditos tributários de impostos e contribuições	61.987	178.039	48.245	171.193
Títulos e créditos a receber (*) (Nota 7)	1.379.448	-	1.433.588	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (*)	(7.314)	-	(8.042)	-
Outros	107.358	2.306	97.036	3.851
	1.709.467	234.223	1.649.965	220.504

(\*) Operações com cartões de crédito *private label* e bandeirado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente indebitadas. No exercício findo em 31 de dezembro, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação, segregadas pelas bases para constituição:

Imposto de renda	2019		2018	
	Saldo inicial	Adições	Realizações	Saldo final
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	25.512	11.527	-	37.039
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	105.068	3.636	-	108.704
Outras	3.218	993	-	4.211
Contribuição social	133.798	16.156	-	149.954
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	20.409	1.815	-	22.224
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	63.041	2.161	-	65.202
Outras	2.190	336	-	2.526
	85.640	4.332	-	89.972
2019	219.438	20.488	-	239.926
2018	239.231	6.130	(25.923)	219.438

Com base no atual nível de capitalização e nas operações da Financiadora e considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2019 tenham a sua realização futura de segunda forma:

Expectativa de realização	2020		2021 a 2024		Total
	2020	2021 a 2024	2020	2021 a 2024	
Créditos tributários do imposto de renda	-	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	37.039	-	37.039	-	37.039
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	-	108.704	-	108.704	108.704
Outras	1.640	2.571	4.211	-	8.392
Total	38.679	111.275	41.250	108.704	198.856
Valor presente	36.725	85.870	39.040	82.596	124.636
Créditos tributários de contribuição social	-	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	22.224	-	22.224	-	22.224
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	-	65.222	-	65.222	65.222
Outras	984	1.542	89.972	-	92.498
Total	23.208	66.764	91.196	-	151.168
Valor presente	22.036	51.521	73.557	-	127.114

Para fins de determinação do valor presente, da realização futura, estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 5,32% ao ano, referente ao custo médio de captação da Financiadora. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, todos os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social haviam sido reconhecidos pela Financiadora.

- (a) Permanente
  - Representados por instalações, móveis e equipamentos de uso em curso, no montante de R\$ 26.330 (2018 – R\$ 17.814).
  - (b) Intangível
    - Representado por softwares em andamento no montante de R\$ 46.575 (2018 – R\$ 50.793).

11. Recursos de acetes cambiais	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Captação em Recursos de Acetes Cambiais	-	-	-	-
Vencimento até 365 dias	545.231	92.979	545.231	92.979
Vencimento acima de 365 dias	210.128	741.396	210.128	741.396
	755.359	834.375	755.359	834.375

Recursos de acetes cambiais referem-se às letras de câmbio emitidas pela Financiadora, pactuadas junto a terceiros. O resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$ 57.685 (2018 – R\$ 38.754), 120,37% a.a. do CDI e com prazo médio de 2,6 anos (2018 – 119,51% do CDI e prazo médio de 2,4 anos).

12. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias	2019		2018	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Imposto de renda	8.856	-	8.856	-
Contribuição social	30.511	-	7.104	-
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	6.58	434.817	8.376	420.272
Outras	87.722	434.817	24.336	420.272

13. Outras obrigações - diversas	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 21)	530.228	553.002	530.228	553.002
Pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados (cartão de crédito) (*)	135	691	947.049	947.049
Outras	71.448	26.504	71.448	26.504
	1.548.225	1.522.476	1.548.225	1.522.476

(\*) Referem-se a débitos originários de aquisições de bens e serviços por usuários de cartão de crédito, pendentes de pagamentos aos estabelecimentos comerciais filiais.

14. Patrimônio líquido	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	58.788	361.524	58.788	361.524
Atualizações	2.033	-	2.033	-
Saldo final	60.821	361.524	60.821	361.524

15. Receitas de operações de crédito	2º Semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
Crédito pessoal	518.582	1.080.835	776.263	-
Crédito direto ao consumidor	135	691	4.447	-
Direitos creditórios descontados	230	230	230	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 8)	81.602	105.609	348.434	-
	600.549	1.187.365	1.129.174	-

16. Receitas de prestação de serviços	2º Semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
Rendas de serviços prioritários – PF	14.583	33.940	33.940	19.211
Cartão de crédito diferenciado	71.787	148.749	148.749	123.522
Recitas de outros serviços	11.317	98.012	98.012	98.012
	138.433	280.836	280.836	227.658

17. Outras despesas administrativas	2º Semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
Comunicação	(6.698)	(8.480)	(11.958)	-
Processamento de dados	(26.648)	(51.347)	(45.644)	-
Serviços técnicos	(3.729)	(7.620)	(8.000)	-
Serviços do sistema financeiro	(15.661)	(29.412)	(52.947)	-
Serviços de terceiros	(11.317)	(23.021)	(6.547)	-
Contribuições filantrópicas	(895)	(895)	-	-
Despesas compartilhadas (Nota 21 (a))	(68.788)	(156.034)	(22.646)	-
Depreciação e amortização	(8.879)	(17.098)	(14.622)	-
Indenizações e juros/corretivos	(5.813)	(10.973)	(9.824)	-
Outras	(7.005)	(14.385)	(12.589)	-
	(152.433)	(320.662)	(184.587)	-

18. Outras despesas operacionais	2º Semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
Descontos concedidos	(254.155)	(263.491)	-	-
Despesas compartilhadas (Nota 21 (a))	-	-	(4)	-
Juros outros	(12)	(17)	(55)	-
Despesas com patrocínio cultural/esportivo	(1.793)	(1.793)	-	-
Despesas com intermediação (cartão de crédito)	(10.920)	(10,920)	-	-
Correspondente bancário	(2.643)	(5.347)	(5.354)	-
Outras	(15.650)	(30,058)	(38,468)	-
	(285,171)	(328,397)	(188,397)	-

19. Outras receitas operacionais	2º Semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
Receitas de intermediação (cartão de crédito)	44.439	86.974	58,190	-
Receitas com programas de incentivo de vendas	-	-	37	-
Reversão de provisões	-	4,211	1,478	-
Outras	31	1,85	11,411	-
	44,754	88,224	71,445	-

20. Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social	2019		2019		2018	
	2019	2019	2019	2019	2018	2018
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações	135,704	78,123	135,704	78,123	135,704	78,123
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social – 25% e 15% (Nota 3 (b)) – %	25	25	15	15	15	15
Imposto de renda e contribuição social alíquotas da legislação	(33,941)	(19,531)	(20,365)	(11,718)	(20,365)	(11,718)
Ajustes para cálculo da alíquota efetiva (Adições)/exclusões permanentes (Deduzidas) (patrocínios culturais e outros)	(2,928)	124	(683)	(746)	(683)	(746)
Adicional IR	2,526	-	-	-	-	-
Adicional IR	24	24	-	-	-	-
Efeito decorrente da majoração da alíquota da CSLL (*)	(151)	(103)	(5,010)	(3,906)	(5,010)	(3,906)
Outros	(15,1)	(103)	(689)	(689)	(689)	(689)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(34,470)	(19,486)	(26,719)	(15,450)	(26,719)	(15,450)

(\*) No período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, para as instituições financeiras e equiparadas, a alíquota da contribuição social foi alterada de 15% para 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015.

- 21. Partes relacionadas
  - (a) Transações e créditos
    - Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, inclusive os respectivos efeitos em contas de resultado, efetuadas em condições normais de mercado, no que refere-se a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, são os seguintes:

Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas (Controladora)	2019		2018	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesa)
Valores a receber (i)	74.012	72.108	74.012	72.108
Contas a pagar (ii)	(504.748)	(50,891)	(504,748)	(50,891)
Contas a pagar (iii)	(25,750)	(2,111)	(163,675)	(47,983)
Dividendos a pagar (Nota 14)	(18,847)	(10,544)	-	-

- (i) Referem-se, substancialmente, aos pagamentos de clientes financiados, efetuados na Controladora, que são repassados para a Financiadora no prazo médio de cinco dias.
- (ii) Referem-se, aos valores a repassar a Controladora, em um prazo médio de cinco a vinte e oito dias, relativos a financiamentos de clientes.
- (iii) Contas a pagar à Controladora, em outubro de 2016, firmaram parceria na qual consiste em oferecer aos clientes o benefício de descontos e seguintes produtos: cartão de crédito de circulação ampla (bandeirão) ou restitua (private label), operações de crédito pessoal, operações de crédito ao consumidor, distribuição de quaisquer outros produtos financeiros, previdenciários ou securitários, bem como quaisquer outros negócios, serviços ou produtos permitidos pela regulamentação do CMN, BACEN e da SUSP. Todas as receitas e despesas são divididas entre as duas empresas, no modelo de *profit sharing*, 50% para cada uma. Esta divisão é feita mensalmente através da apresentação dos resultados do mês e a devolução líquida entre as duas empresas no mês subsequente. Em 31 de dezembro de 2019, o resultado da parceria está distribuído em despesas de *profit sharing* de R\$ 137.650 (2018 – R\$ 25.441), reembolsos de despesas administrativas de R\$ 18.284 (2018 – R\$ 22.464), não houve reembolsos de despesas operacionais (2018 – R\$ 4) e remuneração por serviços de empregados da Controladora de R\$ 7.641 (2018 – R\$ 74).

- (b) Remuneração do pessoal-chave da administração
  - A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 4.530 (salários e encargos) (2018 – R\$ 9.374).
  - A Financiadora não concede outros benefícios aos administradores e empregados, tais como: assistência médica pós-emprego, plano de pensão na condição de beneficiário definido ou contribuição definida ou, ainda, remuneração baseada em ações.
- 22. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
  - As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil (BACEN).
  - Os critérios de reconhecimento e base de mensuração para determinação de provisões e contingências ativas e passivas, levam em conta o estudo detalhado das ações judiciais e dos processos administrativos, e são baseados, também, na opinião profissional dos advogados patrocinadores dessas causas.
  - (a) Ativos contingentes – Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existiam processos classificados como prováveis de realização.
  - (b) Provisão para riscos fiscais – É decorrente de mandado de segurança impetrado com o objetivo de questionar a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requer-se, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração do direito das Impetrantes de compensarem os valores indevidamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições PIS/PASEP e COFINS, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. A Financiadora efetuou o recolhimento das contribuições de PIS/PASEP e COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação à Lei nº 9.718/98. Em 31 de dezembro de 2019, o montante destacado como provisão para riscos fiscais é de R\$ 434.817 (2018 – R\$ 420.272), está registrado no Exigível a longo prazo. As provisões são demonstradas como segue:

	2019		2018	
	PIS	COFINS	Total	Total
Saldo inicial	58.788	361.524	420.312	420.312
Atualizações	2.033	-	2.033	-
Saldo final	60.821	374.036	434.817	434.817

- (c) Provisão para riscos contingentes – A Financiadora constitui provisão relativa a processos fiscais, trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco realizada pela administração, apoiada pelos pareceres jurídicos. As principais ações cíveis são relacionadas a relações de consumo. A provisão registrada nas demonstrações financeiras, no valor de R\$ 10.284 (2018 – R\$ 7.121), é considerada adequada pela Administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento. As contingências classificadas como prováveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos montam R\$ 6.564 (2018 – R\$ 9.286).

- 24. Limites operacionais (acordo da Basileia)
  - A Financiadora está enquadrada nos limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2019 é de 15,84% (2018 – 10,70%).

- 24. Fianças subsequentes